

Quando a Antropologia vai à escola pelo olhar da educação patrimonial: o Pibid de Sociologia em Campos dos Goytacazes¹

Andréa Lúcia da Silva de Paiva
(UFF)

Palavras-chave: Pibid de Sociologia- Antropologia na educação básica- Educação patrimonial

Introdução

O presente trabalho tem como propósito trazer a visibilidade de diálogos e ações junto à experiência realizada no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), núcleo de Sociologia, durante o período de maio de 2023 a março de 2024, em Campos dos Goytacazes.

Buscamos mostrar como a Antropologia traz contribuições relevantes para a discussão sobre o processo educacional ao atuar como uma espécie de “convite cultural” ou “abre alas” sobre o conceito de cultura e suas temáticas possibilitando a inserção e problematização dos patrimônios e suas classificações em três escolas.

A realização desta proposta foi possível porque o Pibid traz, como propósito, a inserção dos estudantes de licenciatura na prática educacional *in loco*, desde os primeiros períodos do curso, na relação entre ensino-aprendizagem, centrando na mediação entre o ensino superior e a educação básica. O programa visa, assim, promover a ambientação, socialização, trocas e reflexões e desafios junto à formação superior e a educação básica atuando como um laboratório vivo de experiências entre os agentes envolvidos: docentes, direção de escolas, estudantes da escola básica, licenciandos-bolsistas, comunidade, possibilitando a construção de dinâmicas cotidianas, formação profissional e a realidade com a comunidade escolar.

O Programa contou com um subprojeto no qual elaborei e intitulei como: “Quando a educação patrimonial vai à escola: desafios e perspectivas na formação docente”. Trabalhamos com a temática da cultura inserida na relação sobre memória e patrimônio visando dinâmicas para a prática docente. O subprojeto contou com 1 coordenadora de área, 3 docentes de Sociologia que assumem, no programa, o papel social de “supervisoras” e 24 licenciandos distribuídos em 3 escolas, subdividido em grupo de 8

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião brasileira de Antropologia (2024).

estudantes. Verificamos que a temática não se encontra muito presente nos livros didáticos de Sociologia e nas escolas, embora seja de grande relevância para os debates atuais, tendo em vista a não valorização da arte de narrar e de outras problemáticas advindas da modernidade contemporânea que traz aquilo que Sennett (2017) apontava como desenraizamento ao não pertencimento (Sennett, 2017 apud Hadler et Bernardes, 2017, p. 59).

Inicialmente, a escolha pela temática vem ao encontro a minha própria trajetória enquanto docente no ensino de Sociologia, primeiro como professora da Educação Básica em escolas particulares e públicas, atualmente, como docente de disciplinas de práticas educativas e de orientação para estágio docente obrigatório no curso de Ciências Sociais, na Universidade Federal Fluminense (UFF) em Campos dos Goytacazes. No segundo momento, na busca por observar como se encontra a organização das escolas quanto aos currículos a partir das mudanças legislativas educacionais, em especial, com a Reforma do ensino médio. O terceiro momento está nas reflexões que venho fazendo sobre o lugar (ou lugares) de atuação da Antropologia na educação básica. Busco explorar a carta de entrada do conhecimento antropológico no ensino de Sociologia uma vez que ela se consolida em sua essência de formação compondo, junto com a política e a Sociologia, as três áreas básicas do conhecimento das Ciências Sociais. Para a descrição do subprojeto, é insociável não sermos atravessados pelos debates acerca da Antropologia e Educação na qual, dentre as maiores referências prestada como inicial ao debate, Franz Boas (2022) já nos mostrava a importância em relacionar educação e cultura a partir de leis de desenvolvimento e funcionamento das sociedades através do método indutivo, primado pelo ato de ver, ouvir, falar e escrever, partindo da noção de educação que, para o autor, é relativa ao seu contexto cultural e à liberdade de pensamento e à liberdade de expressão (BOAS, 2022).

Ao pensarmos a Antropologia na educação básica, é importante remetermos a interrogação de Ingold (2019) em sua obra *Antropologia: para que serve*. Dentre tantas possibilidades, a Antropologia centra no propósito em “estabelecer um diálogo da vida humana mesma” (Ingold, 2019, p. 19).

Dentre este diálogo, partimos das experiências e práticas docentes como dinâmicas, diversas e influenciada (seja por diferentes agentes e fatores mediante a suas trajetórias pessoais e escolar), aos currículos e métodos avaliativos; de que a escola é um território em disputa, atravessado por controle (moral, curricular, hierárquico e cultural) frente a dicotomias por classe social, raça/cor, para citar algumas, ao mesmo tempo que

adere, seja em maior ou menor proporção, a resistência e ação para o combate; a importância em contribuir para desenvolver e problematizar sobre a formação docente a partir de temáticas realizadas nos Pibids de Sociologia. Segundo Brunetta, Bodart e Cigales (2020, p. 310) “As pesquisas sobre o Pibid-Sociologia/Ciências Sociais vêm se materializando no Brasil em forma de livros, trabalhos de conclusões de cursos, artigos e comunicações científicas”.

O trabalho traz reflexões acerca da Antropologia na educação que se faz presente como uma espécie de “ponto de costura”, um dos caminhos possíveis e relevantes mediante as “ausências” e “presenças” da Sociologia com a Reforma do Ensino Médio ocasionada em 2018. O ensino de Sociologia (e Filosofia) tornou-se obrigatório, no ensino médio, com a Lei n. 11.684, de 2 de junho de 2008. Esta ação, é resultado de uma luta sucedida após fases de intermitência presente no histórico da disciplina (Silva, 2010) que permanece, atualmente, em instabilidade pós-lei, sobretudo, com a Reforma do Novo Ensino Médio para o ensino médio (2017) em conjunto com Base Nacional Comum Curricular (2018). A partir das novas políticas públicas educacionais ocorreram a diminuição da carga horária e a retirada de disciplinas como a Sociologia que foram “substituídas” por eletivas e itinerários formativos. Em Campos, vale destacar que no ano de 2023 e 2024 a disciplina se faz presente apenas na terceira série do ensino médio. Vale destacar que a atuação do Pibid-Sociologia no município ocorre no ensino médio público, uma vez que a disciplina não consta no fundamental na rede municipal².

Vale destacar que no processo de aprendizagem as dimensões emocionais se fazem presentes dando sentido às experiências dos sujeitos envolvidos uma vez que, por meio da memória, cultura e patrimônio, podemos também compreender a noção dos sentimentos e do pertencimento dos estudantes com a escola, familiares, a cidade, os docentes e entre eles.

Sob o olhar antropológico, com base na observação participante e de breves narrativas de integrantes, descreveremos a elaboração e práticas educativas que resultaram na organização de eventos, exposição, oficina de rap, criação de um acervo de

² Ainda é um desafio à inserção da disciplina no ensino fundamental de forma obrigatória, ficando restrita, no Rio de Janeiro, a sua existência no Colégio Pedro II² cujo ensino recebe a nomenclatura de Ciências Sociais, no Rio de Janeiro. O Colégio Pedro II foi a primeira instituição de ensino secundário no Brasil a introduzir o ensino de Sociologia em seu currículo. Uma análise sócio-histórica do currículo da disciplina escolar Sociologia e de seu processo de construção entre 1925 e 1941 pode ser observada na dissertação de Soares (2009).

memória, elaboração de um documentário e de um material didático (o jogo de memória Patrimônio Cultural Local) frente aos desafios e perspectivas nos campos escolares. Apontaremos como estas atividades se tornam relevantes para pensarmos o lugar da Antropologia em consonância com o ensino de Sociologia.

Na arte de observar sobre como ensinar e aprender no processo de formação docente descreveremos como a Antropologia, a partir da educação patrimonial vivenciada com o Pibid contribuir para o diálogo junto à educação básica trazendo discussões acerca dos conceitos de pertencimento, afetividade, emoções, memória, identidade e cultura no espaço-tempo escolar. Nas palavras de Hadler e Bernardes (2017):

Queremos sugerir que os fios dessas memórias apontam para a existência de um patrimônio cultural com a potencialidade de ressignificar os sentidos atribuídos à trajetória da escola por vários de seus participantes (Hadler et Bernardes, 2017, p. 67).

Dividimos, assim, o trabalho em dois momentos. Na primeira, descreveremos sobre a importância da educação patrimonial destacando os aspectos culturais da cidade de Campos e o debate sobre a temática desenvolvida. Na segunda parte, a inserção do subprojeto em cada uma das três escolas, demonstrando a importância em pensar a cultura na educação básica.

O Pibid e a Educação patrimonial

Trazer a educação patrimonial para a escola, é colocar em prática as reflexões sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que não foi concretizada. Eu me refiro ao levantamento feito por Silva e Neto (2020) ao descrever e analisar o processo de elaboração da BNCC na fase entre 2014 a 2018 dos Quatorze Direitos à Aprendizagem e Desenvolvimento do ano de 2014 aparecia a preservação de patrimônio como quarto grau de conhecimento curricular importante visando “Ao conhecimento, à apreciação, à valorização, à fruição e à preservação de patrimônios socioculturais e naturais, locais, nacionais e mundiais” (Silva et Neto, 2020, p. 267).

Mas, afinal, o que podemos denominar por educação patrimonial? De acordo com Teixeira (2006), entende-se por patrimônio “um amplo conjunto de bens entendidos como pertencentes a um povo ou nação”. A educação patrimonial apresenta-se como um caminho para a ação pedagógica de conscientização a respeito do patrimônio cultural. Em

nossas ações no subprojeto partimos do reconhecimento da própria escola como patrimônio cultural, um lugar de memória que deve ser assim compreendido e preservado.

A juventude para qual se leciona vem se apresentando como um ponto analítico marcado por oposições: sonhos e medos, expectativas e realidade; privado e público, natureza e cultura; laicidade e religiosidade. Contudo, é preciso refletir que juventude também dispõem de memória e esquecimento, memória individual e coletiva entre outras. É preciso desnaturalizar o senso comum de que criança e juventude não têm memória. Neste conjunto de desafios inserimos a importância de trazer a interação entre a Antropologia na educação com as emoções ao refletimos sobre a formação do licenciando em Ciências Sociais. Mas, onde a Antropologia nos auxilia nesta empreitada junto à educação?

A Antropologia nos permite, a partir das formas de percepção da cultura, identificar elementos que constrói esse conceito em sua diversidade: o tempo, o espaço, a hierarquia, vestimentas, estilo musical, relações sociais, o “popular”, o “erudito”, economia, rituais, performance e um conjunto de organização e percepção do mundo. Centramos na cultura patrimonial, nas relações com as memórias e narrativas sobre os denominados “patrimônios materiais”, “patrimônios imateriais” e patrimônio paisagista, mas também de registros culturais que se apresentam relevantes à comunidade escolar, estando ou não em vias de patrimonialização.

A metodologia da educação patrimonial pode conduzir os professores a utilizarem objetos em sala de aula, observados em museus ou nos próprios espaços onde são encontrados como um ponto de partida para a preparação e desenvolvimento de currículos como os núcleos e observatórios universitários, centros culturais locais, acervos, para citarmos alguns. Proposta é voltar-se para o entorno, o interior, a cidade, o mobiliário, aos habitantes, a modernidade contemporânea e as transformações ocorrida no tempo contribuindo para reflexão sobre o conceito de cultura, pertencimento, afetividade e história local que devem ser preservadas e ressignificadas.

Alguns registros patrimoniais de Campos dos Goytacazes foram pesquisados e descritos por alguns dos bolsistas exercendo uma atividade com o Observatório do Patrimônio Cultural em parceria da UFF junto a mais duas instituições de ensino: a Universidade Estadual Darcy Ribeiro do Norte Fluminense (UENF) e o Instituto Federal de Campos. Com esta atividade os alunos puderam aprender mais sobre os bens culturais do município contribuindo, para ações em sala de aula junto com os alunos do Ensino Médio.

Para adentrar na temática da educação patrimonial é preciso descrever os lugares de memórias, o ouvir, os estudantes sobre as regiões onde se encontram as três escolas e suas experiências de vida.

Há alguns anos, venho pesquisando acerca da relação entre Antropologia e educação. A abordagem dispõe de muitas frentes para abordagem e exploração. Observo que nenhuma delas está fechada em si em termos de análises e metodologia. Neste sentido, há pensadores que vêm teorizando a partir dos clássicos da Antropologia visando identificar e compreender qualquer vestígio de como autores começaram a pensar a educação e analisá-la pelo olhar antropológico ou em que sentido a ciência da antropologia traz contribuições a respeito.

a Antropologia da Educação, compreensiva, moderna e crítica, o que está em questão é a capacidade de fornecer ao sujeito de aprendizagem uma metodologia do pensar, centrada no comparar e descobrir. Para tanto, faz-se necessário um saber que reconheça e considere a experiência do indivíduo como sujeito coletivo que tem memória, tradição, histórias de vida, valores, sentimentos, emoções: um ser concreto, objetivo e subjetivo ao mesmo tempo; um ser que não é apenas aluno ou professor, mas é um ser de história e de singularidade; um ser sociocultural.

Pensar a Antropologia na educação nos coloca diante de um debate sobre a aproximação e possibilidades desta área de conhecimento:

A questão é que tanto a Antropologia como a Educação como práticas educativas e de formação, são ambas devedoras do processo de imposição de si ao outro, posto pelo desenvolvimento do mundo colonial e do colonialismo ocidental, cuja meta visava a suprimir toda e qualquer alteridade, em nome de um modelo de vida cultural e pedagógico de tipo etnocêntrico, autocentrado e homogeneizador (Gusmão 1997:17). Nesse sentido, gradativamente, esse mesmo caminho deslocou a presença da Antropologia do diálogo pedagógico, já que a Antropologia assumiu por pressuposto o diálogo intersubjetivo, marcado pela cultura e pela vida vivida. Estas dimensões passam, então, a ser compreendidas como universo dinâmico de aprendizagem de e entre sujeitos sociais diversos. A Antropologia assume, a partir daí, cada vez mais, a existência de diferentes processos educativos no tempo e no espaço da vida social, entendendo-os como sempre em movimento. Nessa perspectiva, compreende a educação para além da prática educativa escolarizada. Assim, o percurso dessa ciência foi o de caminhar de uma concepção homogênea a respeito das sociedades humanas no período colonial e parte do século XX à compreensão da diversidade relativa e de direito do mundo social. No caso da Educação, representada pelo campo pedagógico e escolar, persiste ainda hoje, com certa força, a busca pela homogeneização, embora se confronte permanentemente com o desafio posto pela diversidade social humana que, no presente, exige a renovação da visão de mundo e das coisas.(Gusmão, 2016, p. 52-53)

A ideia do subprojeto do Pibid vem responder a uma interrogação de Gusmão (2016, p.46-47): o que pode a Antropologia oferecer em relação à prática pedagógica e à formação do professor, para além de encontros e desencontros possíveis dessa ciência com a educação?”. É na resposta do autor que centramos nossos objetivos:

A educação é partilha e o partilhar consiste no enfrentar a vida cotidiana com todos os seus desafios e contradições, os quais também estão presentes no âmbito da escola e mesmo fora dela, como por exemplo, no âmbito da guerrilha. Trata-se, retomando Fonseca (1999), de pensar que a educação é um “ato de comunicação, de diálogo, e — eventualmente — de orientação” (1999:59), no qual conta a reflexividade e a comparação. O professor, o guerrilheiro ou outro sujeito envolvido na prática de um ofício, necessariamente se coloca em contato pessoal com outros sujeitos. As relações entre um e outro, sujeito individual ou coletivo, propiciam o acontecer da subjetividade. Assim, o compreender das emoções e sentimentos para além do indivíduo como inerentes aos costumes, práticas e valores próprios da vida em sociedade, coloca-se como desafio de objetivação das relações vividas. Aqui, a educação como campo da prática envolve a objetividade e a subjetividade dos sujeitos, e configura outros dois pilares da Antropologia como ciência. (Gusmão, 2016, p.49-50).

Buscamos, refletir, estabelecer diálogos, aprender e inserir na prática as possíveis costuras que entrelaçam o campo da cultura e da educação. Seja como “carta convite”, abre alas, “colcha de retalho” da Sociologia, a Antropologia na educação básica vem ao encontro de um artesanato científicos onde a imaginação sociológica (Mills, 1965) não deve estar desconectado de uma prática social inerente à luta política. Este pensamento será importante para entender o espaço onde o Pibid foi desenvolvido na Universidade Federal Fluminense, no município de Campos dos Goytacazes.

A região cobre cerca de 22% da área do estado do Rio de Janeiro e compreende nove municípios: Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São João da Barra, São Fidélis e São Francisco do Itabapoana, com área total de 9.974 km² (IBGE, 2022).

Historicamente, no início do século XX, Campos possuía expressivo destaque no cenário econômico nacional, pois apresentava uma economia diversificada, expressiva na produção do café e do açúcar. Essa antiga condição conferiu à cidade durante muito tempo a herança identitária de um “tempo glorioso”.

O município de Campos, segundo dados do IBGE (2022), segue com um total de 483.551 populacional distribuída entre bairros nobres e de baixa renda onde encontramos uma extensa população negra cuja pobreza, falta de acessos à cidade e aos direitos básicos como moradia, educação, lazer e saúde marcam estas localidades, em especial o distrito de Guarus. Segregado por uma ponte que atravessa o rio Paraíba do Sul, Guarus vem se

tornando um espaço de disputas violentas entre o tráfico de drogas e o Estado, contexto este que produz estigmas, silenciamento e insegurança para a população (Pinheiro, 2018).

Observamos que alguns dos registros culturais que se apresentam relevantes à comunidade escolar, estando ou não em vias de patrimonialização, estavam carregados de sentimentos e pertencimento nas atividades em sala de aula. Os estudantes se referiam a lugares que tinham estado ou que aprenderam na escola. Alguns questionaram as lembranças que eram narradas por familiares: “É mito ou verdade?”; “É verdade que o Ururau existiu?”; O meu padrasto falou que o Trianon não era este de agora!”; “Minha avó falou que me avô tocava na banda da escola Não sabia que era verdade que ela existia!”; “Professora, favela pe patrimônio? Então, sou importante!”. Assim, a partir destas interpelações, iam “passado”, “presente” e o “futuro”. Nesta dinâmica, o papel do docente é fundamental, pois ele deve ser compreendido não apenas como instrutor que transmite o conhecimento, uma vez que o cabe também ser um “educador de personalidades” ao “desenvolver a força de vontade e o controle da vida emocional dos jovens a ele confiados, nada menos que transmitir o conhecimento factual” (Boas, 2022, 51):

A questão principal é que se queremos educar os jovens para a liberdade pessoal ou nos tornarmos ferramentas subservientes do empregador, seja ele o Estado, um indivíduo, ou uma organização comercial, intelectual e espiritual. Espero que nossa devoção aos objetivos mais elevados da humanidade ainda seja forte o suficiente para responder a tal ideal com um enfático NÃO. Não deve haver doutrinação. Pelo contrário, tentar desenvolver a liberdade intelectual e uma sólida coordenação entre razão e emoção. Isso só pode ser feito quando ambos, professor e aluno, vivem em uma atmosfera de liberdade. O professor deve estar em contato suficientemente próximo com todas as forças que movem nossa vida social para dar aos jovens sob sua responsabilidade um sentimento pelos ideais que movem nossa sociedade e das contracorrentes que são produzidas pelos conflitos de ideais. Ele ajustará seus ensinamentos à compreensão dos jovens. [...] (Boas, 2022, 51-52)

O Pibid trouxe um impacto nos licenciandos bolsistas, estudantes, no ensino superior e em todo corpo escolar ao trazer a cultura a partir da educação patrimonial para a roda de conversa em sala, identificamos meios para pensar problemas cotidianos, interpretar realidades, obter novas formas de interação social, repensar o homem e sua cultura.

A partir do subprojeto pensamos a identidade ética, os desafios e vivenciamos o cotidiano escolar através das diversas interações e socializações permeadas por coesão e/ou conflito. Ensinar não deve ser compreendido apenas como transmissão de

conhecimento. Pelo contrário, como ressaltava Freire (2017): na construção do processo de ensino-aprendizagem não existe teoria sem prática; o que há é a necessidade de dar sentido para a formação identitária do próprio aluno. Uma vez que só somos capazes de ensinar à medida que também aprendemos, criamos uma espécie de mão dupla e não um “saber bancário” (FREIRE, 2017, p.14).

Em duas das escolas, foi apresentado o Hip Hop. Se a música tem possibilitado aos alunos reflexões sociais e culturais, torna-se possível a apropriação da canção feita por este movimento cultural como ferramenta para o ensino de Sociologia, justamente pelo conhecimento e dinâmicas sociais que as mesmas podem apresentar:

A canção é uma manifestação artística produzida e reproduzida em diferentes tempos-espacos, por isso, marcada por variações estéticas e narrativas, bem como apresentando fins diversos e representando diferentes mundos sociais. São justamente essas características que tornam o uso da canção como uma opção para o ensino de Sociologia. (Bodart, 2021, p.17)

Enquanto estilo musical o Hip Hop envolve, além da música, a dança como o breakdance e a pintura por meio do grafite. Tem como objetivo, seja pela escrita e pela fala, um diálogo crítico e reflexivo sobre a realidade social. A partir deste estilo musical foi possível narrar sobre a escola, a cidade, a juventude negra e periférica, a identidade local nos auxiliando na tarefa de explicar o que é cultura, memória e patrimônio. O Hip Hop se estrutura como um movimento de resistência e sobrevivência, sobretudo, para uma população negra cujo discurso se encontra nas batalhas de rimas que se adentra no campo simbólico e dos conflitos e vem ao encontro ao ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas (Brasil, 2003). Enquanto movimento de contestação e sociocultural, o Hip Hop teve sua origem nos Estados Unidos, no Bairro do *Bronx*, através do Rap como analisa Cazé e Oliveira (2008):

A cultura Hip Hop é considerada um movimento de contestação. Assim denominada pelo DJ Afrika Bambaataa, teve início no bairro do Bronx, gueto de Nova Iorque. Tinha como objetivo principal congregar os negros do local para atividades artísticas, substituindo as brigas entre as gangues pelas rachas entre as Crews (grupos) de Break ao som do DJ, da voz do MC e utilizavam os graffitis nos muros para ratificar os domínios territoriais de cada grupo (Cazé; Oliveira, 2008, p.5).

Vale destacar que as rodas culturais de Hip-Hop e as batalhas de rima fazem parte do patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado do Rio de Janeiro conforme a lei n. 9.794, de 14 de julho de 2022:

Art. 1º. Fica declarada como patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado do Rio de Janeiro as rodas culturais de Hip-Hop e as Batalhas de Rima.

§1º Considera-se como Roda Cultural de Hip-Hop qualquer encontro comunitário da cultura Hip-Hop, englobando a realização de rodas de rima, de breaking e de grafite, bem como encontros de DJs e beatmakers, entre outros, que aconteçam de maneira eventual ou periódica, em espaços públicos, gratuitamente e sem qualquer restrição à circulação das pessoas.

§2º Considera-se como Batalhas de Rima aquelas que acontecem, em regra, como uma das atrações das Rodas Culturais de Hip Hop e que consistem num enfrentamento entre dois MC'S, através da improvisação dos versos, frente a uma batida (beat), seja por meios eletrônicos através dos DJ's, seja através da improvisação manual das batidas por uma pessoa, conhecido como BeatBox³.

Em 20 de novembro de 2023, é assinado um decreto n. 11.784 que dispõe sobre as diretrizes para as ações de valorização e fomento da cultura HiP Hop:

Art. 1º A cultura **hip-hop** e os seus elementos e fatores artísticos e sociais, criados, desenvolvidos e agrupados pelas comunidades periféricas afro-americanas e latinas, são uma manifestação da cultura nacional.

Nas aulas, identificamos e reconhecemos a cultura como movimento do qual os estudantes fazem parte, diretamente (ou não), e que contribui para a identidade e descrição de suas autobiografias e, conseqüentemente diante de um papel social frente aos contextos sociais exercitando a imaginação sociológica.

Durante o desenvolvimento dessa pesquisa buscou-se trabalhar com memórias que permitissem narrar histórias oficiais, mas também aquelas que se encontram “subterrâneas” como classificado por Pollak (1989) ao revelar a possibilidade de explorar os limites entre o "esquecido" e o "não dito" como parte da memória e, conseqüentemente, suas representações oficiais:

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "memória oficial", no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade. Ao contrário de Maurice Halbwachs, ela acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória

³ Fonte: [Lei Ordinária 9794 2022 de Rio de Janeiro RJ \(leisestaduais.com.br\)](http://leisestaduais.com.br). Disponível em 22/03/2012. Acesso em 04/02/2024.

entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e com petição entre memórias concorrentes. (Pollak, 1989, p. 4).

As memórias subterrâneas que estivemos envolvidos nesta escola revelaram lembranças silenciosas. Assim, o Pibid tem sido uma importante ferramenta de formação docente ao proporcionar a materialização da busca pelas descobertas e o despertar para a existência de “memórias subterrâneas” no campo escolar.

A primeira escola: despertando pertencimento e ações antirracista

O primeiro colégio estadual traz como patrono a identidade de um abolicionista e jornalista negro.

Quanto ao aspecto estrutura do colégio destacamos o tamanho do espaço dividido em: refeitório, salas de aulas, duas quadras poliesportivas; auditório, laboratório, secretaria, sala de professores, horta, residência do caseiro que fica na entrada da escola. Não há biblioteca em uso. Como descrito por Costa; Paiva e Melgaço (2021):

(...) escola tem como público-alvo uma juventude negra. Reconhecida como uma escola de grande porte apresenta em sua estrutura: 62 salas e um total de 1250 alunos matriculados dividido em três turnos (manhã, tarde e noite). No entanto, cabe reconhecer que o turno da manhã é sempre o mais movimentado apesar de ser uma escola que nunca está vazia. (Costa; Paiva; Melgaço, 2021. p.3).

Contudo, existe um outro espaço capaz de proporcionar, no cotidiano escolar, um conflito da instituição com o Estado. Trata-se da realocação de uma unidade do Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente (CRIAAD), ligado ao Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE), responsável pelo cumprimento de medidas socioeducativas para menores infratores que se encontra no terreno anexo à escola, o que gera uma situação de conflitos e in(seguranças) por parte de alguns alunos, funcionários e comunidade (Moura, 2019). Esta realidade se fez presente no diálogo com um aluno ao problematizar a questão negra e sua marginalidade pela sociedade: “Tá aqui do lado. Facilita a polícia nos pegar. A favela está ali. Duvido colocarem isso lá no Liceu”, se referindo esta outra escola de “brancos” e “elitizada”. E completa: “Aqui, tá perto da favela, senzala...lá...é casa grande” (discente, 17 anos, 2023). Uma aluna completou: “Eu não sabia que negro tinha memória neste país! Existe patrimônio negro?” (discente, 16 anos, 2023)

Quanto ao currículo, a escola, segue duas estruturas de ensino: algumas turmas contam com a base do novo ensino médio sustentada pela BNCC (2018). Por sua vez, outras turmas, tem o ensino articulado pela Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ) através do Currículo Mínimo⁴ presente em cada disciplina a partir de conteúdo, habilidades e competências a serem desenvolvidos em cada bimestre. A escola oferta o Ensino Fundamental II, Ensino Médio Regular, Ensino Médio Integral com ênfase em Empreendedorismo (como destacado pela docente supervisora) e o Ensino de Jovens e Adultos.

Durante o Pibid, os licenciandos se depararam com três turmas do terceiro ano que apresentavam perfis diferenciados quanto à participação e frequência: a “turma do revezamento”, como ficou conhecida, por apresentar maior número de alunos faltosos, baixa participação e rendimento. A segunda turma dispunha de poucos alunos e a terceira, apresentava um maior número de estudantes, participativo e engajado.

Uma das propostas nesta escola foi a materialização de um breve documentário relacionando à temática memória e negritude visando registrar e despertar o pertencimento, partindo da noção de patrimônio como as vivências comuns que percorrem o afeto, as emoções, os laços familiares e a identidade local. Para tal realização, o espaço e tempo das aulas de Sociologia tornaram um campo de saberes e aprendizagens visando a materialização de produção que demandavam o ouvir, o diálogo, o observar e escrever frente a um conjunto de perguntas e execução de práticas utilizando da Antropologia para pensar as práticas educativas e didáticas, tais como: O que é Cultura? Quais memórias escolares gostariam de narrar? Como é ser jovem negro na escola? Pudemos exercitar esta questão junto aos alunos cuja maioria é negra, moradora da periferia e da comunidade da baleeira.

A partir de uma equipe composta por 8 licenciandos, uma supervisora e a coordenadora de área, foram organizadas e realizadas diferentes oficinas para a comemoração dos 70 anos da fundação do colégio: pintura, escrita de lambe-lambe, fotografia e Rap, como enfatizado pela supervisora em seu relatório:

⁴ A proposta do Currículo Mínimo era garantir uma base mínima de conteúdos que “necessariamente deveriam estar presentes nos programas de todas as disciplinas, sinalizando em cada ano de escolaridade, bimestre por bimestre” (PAIVA; Campos et Pereira, 2012, p. 138). A proposta visava autonomia dos professores, pois poderiam ministrar as temáticas de forma livre a sua didática e conhecimento a respeito. Soma também a possibilidade dos estudantes do estado do Rio de Janeiro estarem em consonância com os temas uma vez que, no caso de uma transferência escolar, seja do próprio bairro ou município, o aluno estaria diante de uma base estrutural comum.

De fato o que nos mobilizou a desenvolver essas oficinas como subprojetos que representassem o Pibid foram a chance de promover de dentro para fora uma consciência cultural, o reconhecimento do patrono da escola como patrimônio imaterial e a escola como material para consolidação da história e trajetória de luta contra a escravidão. Além de construir debates sobre a desnaturalização do cotidiano e do currículo escolar, a fim de abrir para o tal “currículo oculto” onde realmente aparecem as demandas extras e a realidade daquele local (Costa, 2024, p. 17).

Dentre as 4 organizações, nos chama atenção a oficina de Rap. Para a apresentação da Batalha de Rima, os bolsistas fizeram contato com dois profissionais da região que aceitaram o convite para apresentação na comemoração dos 70 anos da escola. Neste dia, foram expostas telas, pinturas, frases, fotografias produzidas nas oficinas de fotografia, pintura e escrita (lambe-lambe) executados pelo Pibid em didáticas com os estudantes da educação básica.

A programação seguia diante de um sol forte e esvaziamento dos estudantes foi se dando ao longo do evento até o momento da participação do Pibid de Sociologia que trazia a batalha de rimas. Os Mc’s convidaram todas crianças e jovens que se encontravam sentados em cadeiras a pedido da organização do evento, para « chegarem juntos » e formarem uma roda compondo uma espécie de ring para a batalha. Logo, crianças e jovens carregaram as cadeiras na mão com fechando uma roda. Estando à altura dos Mc’s, puderam acompanhar, cantar e participar da batalha. Balançando o corpo, adenravam no universo das narrativas. Estas ações os tornavam também autores vivos vivenciando a cultura.

A temática da batalha era sobre escola, educação formal, não formal e o questionamento da valorização do estudo como abertura para o conhecimento e a marginalidade dos corpos negros na sociedade frente aos desafios da desigualdade social e do racismo. A batalha compunha de três rounds de onde sai o vencedor. A batalha seguia quebrando a hierarquia do evento escolar. Ouvimos de um aluno para um outro: «Finalmente, uma coisa pra gente !». Assim, a batalha seguia como um grande admiração e simpatia dos estudantes. Contudo, a direção do evento interrompeu a batalha fazendo aquilo que classificamos como um « atentado cultural » : Quando se faz calar a batalha, se fez calar a escuta dos jovens estudantes negros e periféricos. Silencia o cortejo festivo, a roda, a letra, a performance e todo o seu conjunto simbólico.

A segunda escola: A importância de humanizar didaticamente

A segunda escola pública estadual centra na educação profissional técnica de nível médio integrado nos cursos de Enfermagem, análises clínicas, eletromecânica e administração, mas oferece também a Educação profissional técnica de nível subsequente, que se refere ao ensino técnico para os alunos que já concluíram o ensino médio⁵.

A estrutura física da escola é ampla, composta de salas de aula e de vários laboratórios de áreas de ensino: física, informática, eletromecânica, análises clínicas, enfermagem e de administração. Há auditório, quadra de esportes e as salas de: direção, RH, supervisão, orientação educacional, coordenação de turno, professores, secretaria, setor de estágio além da biblioteca, almoxarifado, cozinha, refeitório, banheiros dos alunos, banheiros dos funcionários, sala para atendimento psicológico e um pátio cercado de verde e bancos que segue fazendo um mosaico.

A chegada da educação patrimonial sob o olhar antropológico, nesta escola, visou dinamizar as aulas de Sociologia em dois grandes momentos: Quando se percebe a necessidade de fazer os alunos da área de exatas a vivenciarem, na prática, o ensino da área de humanas e no despertar da supervisora sobre a história do patrono da escola quando se dá conta de sua inserção na instituição mais que uma década, sem saber a memória e quem era o patrono. Em pesquisa entre os colegas, direção, demais funcionários e estudantes, foi constatado também o desconhecimento.

Ao dar conta do seu desconhecimento, somado à necessidade de valorização das ciências humanas pelos estudantes, a professora havia se dado conta do seu desconhecimento a respeito. Assim, foram pensados e trabalhados em sala de aula temas relacionados ao conceito de cultura pelo viés da Antropologia (sua importância, o

⁵ A escola foi inaugurada em 1980 como Centro Interescolar. A oferta de ensino era para cursos profissionalizantes na área de saúde e administração para alunos que cursavam o ensino regular em algumas escolas do ensino secundário no município campista. Em 1983, passou a ofertar o ensino regular de nível médio integrado ao ensino técnico, como os cursos Técnico de Eletromecânica (na época denominado eletrotécnica) e Técnico de Administração. Em 1986 passa a oferecer o curso Técnico de Análises Clínicas (na época denominado Patologia Clínica), e em 1998 passa a oferecer o curso Técnico de Enfermagem. Inicialmente a escola estava ligada à Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (FAEP), que passa a estar por sua vez passa a ser vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia. Em 1987, a FAEP passa a denominar-se FAETEC (Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro). Atualmente, a escola continua submetida à FAETEC e vinculada à de Secretaria de Estado Ciência e Tecnologia (Rangel, 2024).

etnocentrismo e relativismo cultural) para que os alunos pudessem compreender de forma crítica e como meio de entrada central para a discussão, a temática sobre patrimônio cultural.

Com o intuito de compreender a concepção de escola e do patrimônio cultural para os alunos que fazem parte da escola há mais tempo, foi realizada uma pesquisa com os alunos do terceiro ano de todos os cursos, com questionários pré-teste e posteriormente um questionário elaborado a partir das respostas do primeiro aplicado. Realizamos a elaboração, aplicação, tabulação e análise dos questionários onde chegamos a conclusão de que o patrimônio material foi mais citado do que o patrimônio imaterial da cidade de campos dos Goytacazes. Não havia no imaginário coletivo dos estudantes o entendimento de que a escola é também um patrimônio cultural, tampouco a memória do patrono desta escola. Sendo assim, aplicamos o questionários a 97 estudantes visando compreender o que os estudantes conheciam por patrimônio. Deste total, 64% são do sexo masculino e 36% do feminino cuja maior idade centra entre 17 e 18 anos; 86% dos estudantes são moradores de Campos dos Goytacazes (a maioria dos bairros do Parque Aurora, Turf Club, Penha e Jockey); 95% responderam saber sobre patrimônio cultural apontando sua importância para a sociedade por possibilitar conhecer a história local (57%), representar uma herança local (56%), permitir a valorização da identidade (51%) e manter viva a tradição (51). Um total de 92% apontava saber a diferença entre o patrimônio material e imaterial, exemplificando patrimônios culturais existentes em seu entorno: o Museu Histórico de Campos (61%), Praça São Salvador (57%). Acerca dos patrimônios imateriais apontavam a Lenda do Ururau da Lapa (56%), história dos indígenas (45%), Festa de Santo Amaro (43%) e o chuvisco (40%).

O lugar da escola como aprendizado (52%) se contrasta como espaço de ausência para a preparação do Enem (46%). Neste total, vale destacar que 3% apontaram a escola como lugar onde “ocorre a desvalorização dos alunos”, 35% como local de “desânimo” e 25% como “forma de ocupação do tempo”. Por sua vez, a amizade aparece enquanto maior aspecto de vivência da escola (53%) e a justificativa pelo espaço preferido da escola está na socialização e na afetividade (36%) apontando o refeitório como espaço de preferência (32%). Quando perguntado sobre o que sabem a respeito da escola, 35% responderam não saber.

A partir dos resultados da pesquisa entendemos a necessidade de elaboramos um documentário sobre a escola com depoimentos relativos à memória escolar, sua importância para ex-alunos, professores ativos e inativos, inclusive alguns que já foram

diretores, e demais funcionários. Foram realizadas entrevistas com autorização dos participantes para a elaboração do documentário que foi apresentado à comunidade escolar. O vídeo contou, inclusive, com a participação de um ex-aluno que hoje trabalha na NASA, momento que gerou surpresa e valorização da escola como espaço de formação. Por tal, a aplicação do questionário foi importante para dar continuidade à inserção da educação patrimonial e compreender a escola como um patrimônio afetivo capaz de provocar pertencimento e formar identidades. Passamos a realizar, junto aos estudantes, a relação entre história e memória sobre a instituição iniciando com patrono, João Barcelos Martins, como médico que lutou contra a Ditadura Militar. A pesquisa contribuiu para a elaboração das palestras e demais atividades que fizeram parte de um simpósio da área das humanas que trazia como título “Escola, Memória e Patrimônio Cultural” - A Escola Técnica Estadual João Barcelos Martins - ETEJBM”, realizado no dia 11 de outubro de 2023, à tarde. O evento foi organizado pela coordenação do subprojeto, supervisoras (de Sociologia e História), demais professores e coordenação das disciplinas de humanas da escola. A programação contou com palestras, apresentação do documentário, oficina de rap, exposição de fotos e objetos sobre a memória da escola. As palestras centraram no significado, classificações e as formas de preservação do patrimônio cultural. Contudo, devido à presença maciça dos estudantes no evento, o auditório que dispõe de um espaço grande, não comportou todos presentes. Segundo professores, direção e coordenadora da área de humanas, foi um grande evento nunca visto nas atividades da área de humanas. Neste sentido, palestras e vídeos tiveram que ser repetidas para dar conta do expressivo número de estudantes que ficaram do lado de fora, para que pudessem assistir também. Este acontecimento acabou atrasando e esvaziando a presença dos estudantes na apresentação de Rap que contou com dois MC’s convidados.

Diante do esvaziamento, foi realizada a aplicação das oficinas de Rap, na semana seguinte, nas salas de aulas de Sociologia e no auditório, onde foram reproduzidas as músicas dos artistas convidados, trabalhada a letra e apresentando sobre a importância do Rap: sua resistência, sua importância junto à população negra, resistência e seu significado enquanto patrimônio, tendo uma participação ativa dos alunos.

Nesta escola, um mês após o evento, foi organizado pelo Pibid de Sociologia um jogo com os patrimônios representativos para os alunos desta escola, a partir da pesquisa realizada inicialmente, sobretudo, com o questionário aplicado. As figuras contaram com aplicativo que transformavam fotos do domínio público em desenho. O jogo também foi aplicado na sala de aula e entre os bolsistas, supervisores e coordenadora do Pibid, na

universidade, obtendo um resultado expressivo quanto ao ensino e aprendizagem acerca da memória, cultura e patrimônio.

A terceira escola: a construção de um acervo em uma instituição centenária

A terceira escola está localizada no bairro da Lapa, próxima a uma das maiores favelas do município: a Tira-Gosto. Neste sentido, grande parte dos discentes são originários da comunidade. Alguns são de bairros periféricos que ficam no entorno. O espaço pertence a facção Terceiro Comando Puro (TCP), que controla o tráfico da favela e mantém o domínio de algumas áreas de bairros próximos como Parque Califórnia e Horto. A naturalização da violência entre os estudantes bem como a ausência de opções acerca dos estudos, foram identificadas, inicialmente, pela equipe inicialmente.

A escola possui ensino regular do Ensino Fundamental II ao Ensino Médio, nos turnos da manhã, tarde e noite. As aulas ministradas pela supervisora do Pibid- Sociologia seguiam também o Projeto de Vida e Filosofia. A escola dispõe de um espaço amplo com quadra, refeitório que é um espaço “preferido pelos estudantes” assim como a biblioteca por se assemelhar a um “shopping”, segundo muito dos estudantes. Com um total em média de 70 alunos somando as três turmas ministradas pela docente, foram trabalhadas a temática do subprojeto. Ao visitarmos à escola pela primeira vez, nos deparamos com uma sala repleta de móveis e objetos não utilizados como os instrumentos musicais da banda da escola. Logo, fizemos algumas reuniões e começamos a pensar sobre a construção do acervo a partir de documentos, fotografias e objetos simbólicos que representam a história do colégio. Diante desse cenário, decidimos criar um acervo de memória para gerenciar de maneira mais eficiente esses documentos e instrumentos. Importante destacar que este segundo colégio estadual é uma escola centenária. Após aprovação da direção de um espaço para o acervo, partimos para a organização do mesmo articulando com aulas e participação também dos estudantes que, em uma das aulas realizada no acervo, tocaram os instrumentos.

A inauguração do acervo ocorreu no dia 07 de fevereiro e se tornou espaço interdisciplinar para aulas de outros discentes. O acervo conta com duas salas: uma interativa onde são desenvolvidas atividades como 'Pintura de Quadros', 'Cápsula do Tempo' e 'Árvore de Memórias' e há exposição interativa como os quadros pintados pelos estudantes e por funcionários. A segunda sala é onde se encontram os instrumentos musicais, documentos, objetos como troféus e fotografias da escola.

Considerações finais

O subprojeto do Pibid “Quando a educação patrimonial vai à escola: desafios e perspectivas na formação docente”, buscou a inserção da temática da cultura, memória e patrimônio, sob o olhar antropológico na sala de aula.

A educação patrimonial nas escolas via Pibid, possibilitou aos estudantes não apenas o aprendizado sobre o patrimônio tangível, intangível e paisagista, mas a interação entre docentes, estudantes da graduação, do ensino médio e da comunidade local e, assim, incentivar o diálogo, as trocas de saberes e a formação docente. Contribuiu também para reforçar a importância da Antropologia junto ao ensino de Sociologia na educação básica visto que, ao perceberem que o homem analisa, cria sentidos, valores, mitos, artes e ideologias ordenando sua compreensão de mundo. Descrever a execução do subprojeto em cada uma das três escolas-campo despertou e problematizou as noções de identidade, emoções e pertencimento dos estudantes enquanto ser cultural. Outro fator que deve ser somado se refere a importância da identidade da formação do ensino de Sociologia e, através dele, a possibilidade de apresentação da Antropologia na prática frente às novas políticas educacionais advindas ao novo ensino médio que vêm provocando um desmonte de sonhos aos licenciandos ao trazer instabilidade emocional devido às incertezas sobre a profissão que se dão não apenas na oferta da disciplina, mas também na incerteza de qual e como administrar outros conteúdos. Havia uma frustração ao se deparem com as supervisoras de Sociologia, com exceção da segunda escola, ministrando outras aulas seguindo as novas diretrizes mediante à reforma. O Pibid trouxe a importância de valorização e consciência da importância da Sociologia na escola.

O Pibid trouxe novas formas de ressignificar o currículo visando a elaboração de outros meios de registros culturais que poderiam compor novos subprojetos como: a elaboração da Literatura do Cordel, reconhecida como Patrimônio Cultural Brasileiro⁶ nas aulas de Sociologia para elaboração crítica de temáticas presentes no currículo. Possibilitou também que jovens estudantes adquirissem autonomia e inserção na temática compreendendo o papel da cultura enquanto motor de luta, história e resistência.

⁶ O reconhecimento ocorre pelo Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 19 de setembro de 2018. Fonte: [Notícia: Literatura de Cordel ganha título de Patrimônio Cultural Brasileiro - IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional](#). Acesso em 22/05/2024.

Referência Bibliográfica

BODART, Cristiano das Neves. Usos de canções no ensino de Sociologia. Maceió: Café com Sociologia, 2021.

BRUNETTA, Antonio Alberto; BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo Pinheiro. Dicionário do Ensino de Sociologia. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2020.

BOAS, Franz. Antropologia da educação. São Paulo: Contexto, 2022.

BRASIL. Presidente da República. Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a lei de diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Brasília (DF), 9 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 12 Abril. 2024.

BRASIL. Presidente da República. Lei no 11.684 de 2 de junho de 2008. Altera o art. 36 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. 2 jul. 2008a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111684.htm. Acesso em: 22 maio 2024.

BRASIL. Presidência da República. Lei no 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as leis no 9.394/1996 e 11.494/2007 e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília (DF), 16 fev. 2017.

CAZÉ, Clotildes Maria de Jesus Oliveira; OLIVEIRA, Adriana da Silva. Hip Hop: Cultura, Arte e Movimento no Espaço da Sociedade Contemporânea. In. IV ENECULT, Salvador, p. 1-13, Maio, 2008. Disponível em : <https://www.cult.ufba.br/enecult2008/14300.pdf>. Acesso em 13 de junho de 2024.

COSTA, Amanda Lima. Relatório individual de iniciação à docência/Pibid-Capes: subprojeto: Quando a educação patrimonial vai à escola. Núcleo: Sociologia, UFF/ Campos dos Goytacazes, 35f. 2024.

COSTA, A.L; PAIVA, Andréa L. S; MELGAÇO, M. F. S. “A interdisciplinaridade como formação docente a partir do Programa Residência Pedagógica em Campos dos goytacazes/RJ”. In. 7º Encontro Nacional sobre o Ensino de Sociologia na Educação Básica – Eneseb: Belém do Pará, 2021. p. 1-19.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

HADLER, Maria Sílvia Duarte et BERNARDES, Maria Elena. Memória e escola: olhares sensíveis para um patrimônio cultural. In. Horizontes, v. 35, n. 1, p. 59-70, jan/abr. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em Panorama do Censo 2022 (ibge.gov.br). Acesso em

28 de abril de 2024.

INGOLD, Tim. Antropologia e/como educação. Petrópolis/RJ: Vozes, 2020.

_____. Antropologia: para que serve. Petrópolis/RJ: Vozes, 2019.

MILLS, Charles Wright. A imaginação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1965

MOURA, Julia. Entre muros físicos e morais: análise das dinâmicas conflituosas entre uma escola estadual campista e seu novo vizinho CRIAAD. 98 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Campos dos Goytacazes, 2019.

PAIVA, Andréa Lúcia da Silva; CAMPOS, Giselli Avíncula et PEREIRA, Marcia Menezes Thomaz. In. HANDFAS, Anita et MAÇAIRA, Julia (Orgs.) Dilemas e perspectivas da sociologia na educação básica. Rio de Janeiro: E-papers, 2012. p. 135-160.

PINHEIRO, Ana Carla Oliveira. “Ver e não enxergar, escutar e não ouvir, ver e não falar”: um estudo sobre a sociabilidade e as formas de conviver com o medo e o sentimento de (in) segurança em uma comunidade de periferia em Campos dos Goytacazes (RJ). 2018. 301 f. (Tese de Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2018.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Rio de Janeiro: Estudos Históricos. Vol. 5, nº 10, (p. 200 - 212), 1992.

RANGEL, Lidiane. Relatório individual de iniciação à docência/Pibid-Capes: subprojeto: Quando a educação patrimonial vai à escola. Núcleo: Sociologia, UFF/ Campos dos Goytacazes, 20f. 2024.

SILVA, Ileizi Fiorelli et NETO, Henrique Fernandes Alves. O processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil e a Sociologia (2014 a 2018). Rev. Espaço do Currículo (online), João Pessoa, v.13, n.2, p. 262-284, maio/agos. 2020.

_____. Ileizi Luciana Fiorelli. O ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas. In. Sociologia: Ensino Médio. Coleção Explorando o Ensino; v. 15. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. p. 15 - 44.

SOARES, Jefferson da Costa. O ensino de sociologia no Colégio Pedro II (1925 – 1941). 2009. 139 f. Faculdade de Educação- Programa de Pós-Graduação em Educação; UFRJ, 2009

TEIXEIRA, Simonne (Org.). Educação patrimonial: novos caminhos na ação pedagógica. Campos dos Goytacazes, RJ: EDUENF 2006.